

Rupturas subjetivas e investimentos políticos: junho de 2013 no Brasil e problemas de continuidade Maurizio Lazzarato; Tatiana Roque

RESUMO:

Tradução de Ruptures subjectives et investissements politiques: juin 2013 au Brésil et questions de continuité. *Rue Descartes*, 92, 2018

Tradutora: Heliana de Barros Conde Rodrigues

O que se passou

Os dias que sacudiram o Brasil a partir de junho de 2013 foram marcados por uma mutação subjetiva de grande intensidade, consequência de transformações materiais das pessoas, especialmente as mais pobres. Tal mutação, entretanto, não foi acompanhada de discursos e organizações políticas duráveis. As organizações tradicionais (sindicatos, partidos e intelectuais) não aproveitaram o acontecimento e não tardaram a criticar (ou mesmo a criminalizar) a rejeição generalizada das formas clássicas de instituições políticas que então teve lugar.

Do ponto de vista da expressão, o acontecimento foi tão rico que deixou aturdida qualquer pessoa que tivesse o hábito de pensar mediante as categorias usuais da política. Houve, pois, uma verdadeira disputa no nível da enunciação. Recordemos de imediato um grito que reuniu manifestantes de todas as tendências: Não vai ter Copa!. No país do futebol, de repente, as pessoas se põem a berrar contra a Copa do Mundo. Os brasileiros não gostam mais do futebol, estão criticando o mercado futebolístico tornado um meio de negociatas? Tudo isso e nada disso. O maior erro da esquerda foi perguntar incessantemente "O que isso quer dizer?"

Os representantes da esquerda no poder entenderam literalmente o enunciado. Motivado pelo medo de que os manifestantes pudessem realmente impedir a realização dos jogos e prejudicar os negócios, o governo organizou uma repressão vergonhosa, com a cooperação das polícias regionais. A Copa do Mundo foi ocasião de grandes obras, parte do projeto de desenvolvimento nacional do governo do Partido dos Trabalhadores. Era um passo necessário para o crescimento, o que, por sua vez, levaria à criação de empregos e à redução das desigualdades sociais. A recusa da Copa do Mundo ameaçava essa racionalidade.

Uma interpretação macropolítica como essa permitiria compreender as manifestações de junho como uma grande recusa do modelo de desenvolvimento escolhido. Porém, mais do que isso, se colocamos ênfase no peso micropolítico do acontecimento, o "Não vai ter Copa!" pode ser visto como a expressão intensa de uma mutação subjetiva. O fato de não reconhecer as mudanças em curso em tal nível - um

nível em que a individuação não chega a termo e, portanto, não pode se constituir em comunidade política bem definida - impediu a esquerda de se renovar. A consequência foi lançar o país na contra-experiência de fechamento que, com poucas exceções, vivemos no presente.

Tudo começou com uma forte mobilização contra o aumento do preço dos transportes públicos, a partir da ação de um movimento jovem e autônomo, o Movimento Passe Livre (MPL). Os municípios tinham autorizado um aumento de 20 centavos no preço das passagens de ônibus (de 3 para 3.20 reais). Tratava-se de fato de uma mobilização por 20 centavos e o caráter pontual dessa demanda contribuiu, por um lado, para a potência das manifestações, mas, por outro, foi mal compreendido por boa parte da esquerda, já que os movimentos tradicionais têm dificuldade em entender a potência de uma luta em torno de uma agenda tão específica. Pablo Ortellado analisou esse dilema em termos de tensão entre processo e resultado, destacando a preocupação, bastante menosprezada pela esquerda, de que as lutas efetivamente tragam resultados¹.

Nas primeiras manifestações de junho, enquanto o transporte estava no centro da cena, cerca de 100 mil pessoas estavam nas ruas. Desde as primeiras ações, observava-se a presença considerável de praticantes da tática black bloc e a grande mídia não parava de insistir na violência dos manifestantes. Mas a persistência das manifestações logo provocou uma mudança de discurso. A mídia tentou transformar a demanda inicial, contra o aumento do preço dos transportes, em um movimento de insatisfação mais geral contra a corrupção. O objetivo era dissolver a especificidade do problema da mobilidade urbana e, em seguida, assistiu-se a uma disputa aguerrida relativa aos discursos mais apropriados para interpretar as manifestações: 20 centavos realmente eram uma causa digna, ou somente um pretexto? Ouvimos então, repetidamente, "não é por 20 centavos".

Os dias que se seguiram viram o número de manifestantes aumentar de forma surpreendente, atingindo um milhão de pessoas na rua, no Rio de Janeiro, em 20 de junho de 2013. A variedade de perfis saltava aos olhos. Jovens estudantes de escolas públicas e privadas em um claro processo de politização, mas ainda sem identidade política definida. Organizações tradicionais como o Movimento dos Sem Terra e muitos movimentos de sem teto. Diferentes movimentos de minorias, muito antigos e bem novos: negros, feministas, LGBTs. Partidos de esquerda e extrema esquerda, trotskistas

¹ Judensnaider, E., Lima, L., Ortellado, P. e Pomar, M. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Editora Veneta, 2013.

e maoístas, ou mesmo certos grupos do PT. Ativistas sindicais que decidiram vir com suas bandeiras e camisetas vermelhas e foram atacados, protagonistas de um dos episódios mais controversos, dada a variedade de interpretações que se seguiu ao ocorrido. Havia também pequenos grupos proto-fascistas, como os *skinheads*, que atacaram os militantes dos partidos e dos sindicatos. O fato é que não apenas estes últimos estavam revoltados contra as organizações tradicionais da política. E a surpresa causada pela constatação de uma raiva difusa contra essas organizações impediu muitos analistas de fazerem uma boa cartografia das indignações. Havia uma enormidade de gente, sobretudo isso, apenas pessoas indignadas com as concessões feitas frequentemente aos arranjos políticos. Os gritos antipartidários vieram não só dos fachos, mas também dos diferentes grupos anarquistas. E a diversidade era tal que tornava impossível classificar esses manifestantes como sendo de tendência fascista, como alguns intelectuais de esquerda logo quiseram fazer. A maioria das pessoas que passou a frequentar as manifestações não pertencia a nenhuma organização ou corrente política, essas pessoas pediam principalmente melhores serviços públicos, que dessem acesso a um *welfare* jamais existente no Brasil: saúde e escolas gratuitas. Nos últimos anos, o país viveu, sem dúvida, uma época de incremento dos direitos - aumento dos rendimentos, diminuição das desigualdades históricas - e era evidente que as pessoas se viam como capazes de exigir também melhores serviços públicos (que não haviam acompanhado a melhora dos rendimentos). Pedia-se MAIS. Paralelamente, havia também a mobilização contra a corrupção. Uma parte dos antigos militantes do PT se juntou aos protestos, fartos de ver o governo com que sempre tinham sonhado ceder vergonhosamente aos deputados fisiológicos, aos grandes proprietários ligados ao agronegócio contra os direitos dos indígenas, às igrejas evangélicas, enfim, fartos de ver seu governo trair as causas históricas do PT. Ativistas gay e trans também tiveram um papel importante nesse caso, dado o lugar concedido pelo governo a políticos evangélicos muito conservadores, que chegaram até a propor leis para a cura de homossexuais. Um *slogan* muito importante, que atravessou todas as manifestações, levantou-se contra a super-poderosa TV Globo. De fato, apenas dois tipos de *slogans* chegaram a reunir toda a diversidade presente nas manifestações: contra a Globo e MAIS (isto é, os que expressavam, de uma forma ou de outra, "queremos mais serviços de qualidade acessíveis a todos"). No Rio, havia ainda a união em torno do grito contra o governador do estado na época, Sergio Cabral: "Ei Cabral, vai tomar no cu!". Era o *slogan* mais forte e mais simbólico da indignação generalizada.

Depois de junho, do lado do governo e dos intelectuais, não se sabia quem era o mais perdido. O aspecto "anti partidos políticos" das manifestações deixou a esquerda estupefata. Muitos intelectuais classificaram o movimento como fascista ou de direita, o que não era absolutamente verdade. Mesmo as reivindicações iniciais contra o aumento das passagens foram mal interpretadas pela esquerda, sendo o melhor exemplo o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, que disse tratar-se de uma demanda rebaixada. Ele nunca entendeu que a luta contra o aumento do preço dos transportes mobilizava toda uma série de demandas associadas ao trabalho nas cidades, sendo a mobilidade um pré-requisito para a democratização das condições de produção. Este tipo de reivindicação remete a um programa político de tipo novo, muito mal compreendido pela esquerda. De todo modo, a força das manifestações fez com que os governos de várias cidades do Brasil acabassem por ceder, revertendo o aumento das tarifas. Isso não quer dizer, no entanto, que a esquerda no governo tenha captado a importância de uma agenda como a do Passe Livre.

Esta breve descrição abre uma multiplicidade de camadas de interpretação. Foi no seio deste movimento já complexo que surgiu o grito "Não vai ter Copa!", um *slogan* de natureza diagramática, e não programática. Nossa abordagem, aqui, enfatiza a dimensão diagramática do acontecimento, essencial para entender o que ocorreu a seguir.

A maioria das análises de novos movimentos de contestação põe em relevo o uso da internet e das redes sociais. Um aspecto menos notado, no entanto, é a necessidade de entender como se estabelecem as conexões entre pessoas e grupos. Essas conexões são de natureza diagramática, ou seja, se fazem em um nível no qual a divisão entre um plano de conteúdo e um plano de expressão não se estabeleceu. Uma produção de signos que não se deixa reduzir a mediações, a qualquer repartição entre significante e significado. "O que é que isso quer dizer?" é uma tentativa de fazer a expressão "Não vai ter Copa!" entrar no regime da representação. Após o acontecimento, uma guerra de enunciações mobilizou a opinião pública, os intelectuais e as mídias, o que acabou por operar reconversões ao domínio do significante. A mutação subjetiva deveria, a qualquer preço, rebater-se sobre as formas já conhecidas da ação e da organização política.

A composição do movimento iniciado em junho, que se estendeu ao longo de 2013 em várias regiões do Brasil, engajou diferentes grupos e tendências políticas. No Rio de Janeiro, a insatisfação com o governador levou à ocupação da rua em que este

vive, no bairro do Leblon, um dos mais chiques do Rio: "Ocupa Cabral". A geografia singular da cidade, que faz com que coabitem os ricos e as favelas, permitiu o improvável encontro entre esse movimento (de jovens muito politizados e intensamente dedicados à experimentação política) e os habitantes do Vidigal e da Rocinha, duas favelas próximas do Leblon. Os habitantes dessas comunidades estavam particularmente tocados e revoltados pelo desaparecimento de um vizinho, Amarildo, levado pela polícia e desaparecido (certamente assassinado, sem que o corpo fosse encontrado). "Onde está Amarildo?" era a pergunta que reunia, então, manifestantes de várias tendências. Das favelas ao Ocupa Cabral, passando pelas redes sociais, os movimentos artísticos etc.

Ainda em 2013, em outubro, eclode uma greve de professores do ensino público. O acontecimento faz reviver o espírito das manifestações de junho, mas desta vez com um rosto mais identificado à esquerda, o que ressignifica a composição do movimento. As manifestações sindicais dos professores, portanto simbólicas da causa da educação pública, foram enriquecidas e transformadas pela presença de novos militantes, inventados desde junho, que abraçaram imediatamente a causa dos professores. As táticas repressivas da polícia, neste momento já automatizadas, encontraram uma resistência eficaz da parte dos black blocs, que se colocaram à frente dos manifestantes para proteger os professores (e surgem inclusive grupos mistos, como os Black Profs). Intensas discussões se seguem então a respeito da tática e de sua pertinência estratégica nas manifestações. Experimentações variadas se estendem até o início de 2014, quando uma greve dos funcionários da limpeza da cidade (os "garis") se mistura com o Carnaval e ganha uma força nova, mais autônoma, permitindo que esses funcionários se oponham a seus sindicatos, que já estavam tentando fazer acordos com o prefeito. A continuar nesse ritmo, tudo poderia acontecer no Rio durante a vindoura Copa do Mundo, em junho de 2014.

A solução do poder era, então, reprimir os movimentos nascentes. As forças da repressão, concertadas a nível regional e nacional, colocaram em cena toda a sua tecnologia de repressão e a operação Copa do Mundo resultou na prisão de manifestantes e na proposta de uma lei antiterrorismo, que abre brechas para reprimir a ação política.

Essa repressão foi certamente uma forte razão para a subsequente desmobilização. No entanto, o papel desempenhado pelas dificuldades organizacionais

internas não pode ser ignorado. Nos parágrafos seguintes, procuraremos formas de explicar esse fenômeno, indo além do caso brasileiro.

A ordem restabelecida: bloqueando a dimensão diagramática

No Brasil, o próprio fato de haver, há doze anos, um governo do Partido dos Trabalhadores levou a uma desmobilização de movimentos sociais importantes, especialmente os que anteriormente estavam ligados ao PT. O Partido dos Trabalhadores era uma verdadeira força de esquerda, não só no sentido da social-democracia, mas no de um partido formado pelas lutas vivas de movimentos sociais de diversos tipos². Desmobilizar essa experiência contribuiu para uma desativação do imaginário de esquerda. Assistimos em seguida a uma busca histórica de uma identidade "verdadeiramente de esquerda" ou "revolucionária": partidos formados por dissidências do PT, pequenos partidos de extrema esquerda, anarquistas, organizações revolucionárias de inspiração trotskista etc. Organizações desses tipos se multiplicaram e colocaram em pauta estratégias de "disputa de consciência" para capturar a energia política dos jovens.

Em outra vertente, também houve um crescimento impressionante dos movimentos de minorias, cujas causas e discursos permearam a sociedade. Uma contradição se instalou, então, entre esses grupos e outros, de tendência marxista, que não legitimam tanto a questão das minorias, seja ela feminista, negra ou LGBT. A força subjetiva desses movimentos não pode ser menosprezada se quisermos construir vetores de transformação para uma luta anticapitalista. Mas para que isso efetivamente tenha lugar, é preciso inventar, ao mesmo tempo, meios para impedir uma recaída no indivíduo. Não se trata de um problema de resolução simples, porque, do outro lado do espectro, o dos movimentos universalistas classicamente anticapitalistas, não se presta atenção suficiente à produção da subjetividade, isto é, aos modos de existência experimentados na prática.

Deve-se ressaltar que, depois de junho de 2013, os acontecimentos mais potentes surgiram da conexão de movimentos novos e de tipos diferentes: black blocs e professores; ativistas da mídia e garis; o movimento jovem - mas muito organizado - pelo transporte gratuito e a indignação difusa exigindo mais e melhores serviços públicos.

² Guattari, F. et Rolnik, S. *Micropolitiques*. Paris : Empêcheurs de Penser en Rond, 2007.

Atualmente, toda essa mutação subjetiva foi completamente encerrada em polarizações, tendo sido reencaminhada aos aparelhos binários das políticas institucionais, que se esforçam por manter as clivagens entre tendências políticas bem conhecidas: direita ou esquerda, pró ou contra o governo. O vazio deixado pelo afastamento do PT de um partido-movimento, significante maior de uma identificação de esquerda no Brasil, está sendo preenchido pouco a pouco por novas organizações fechadas, sejam elas de esquerda ou de direita.

As posições polarizadas efetuam um bloqueio tanto do pensamento como do desejo. Somente a indignação identificatória pode ter lugar e é preciso escolher de que "lado" se situar. A direita e a esquerda, que realmente não mais se sabia como definir, se tornam novamente capazes de reivindicar pertencimentos. Os grupos minoritários se fecham. Partidos e organizações de extrema esquerda investem na disputa da consciência dos jovens e tentam ressuscitar os discursos e símbolos burocraticamente revolucionários, *slogans* que se acreditava mortos.

Entramos em um processo de bloqueio de fluxo de desejo, uma recaída da dimensão diagramática do acontecimento em programas. E pior: programas antigos e aparentemente arcaicos. Uma vez que a subjetivação não é levada em consideração como campo de luta, é necessário escolher entre alternativas bem conhecidas e a ausência de alternativa.

Esses problemas não são exclusivos da experiência brasileira e concernem às recaídas do acontecimento na história, como as chama Lazzarato em sua análise da luta dos intermitentes do espetáculo na França³. A contra-efetuação do acontecimento se dá na interseção de três processos: 1) a batalha política com os dispositivos de poder (político, econômico, midiático); 2) a batalha política no interior do movimento entre as forças de oposição constituídas (sindicatos, trotskistas, comunistas, anarquistas etc.) e as forças em vias de constituição, a qual remete aos objetivos a serem alcançados, às modalidades organizacionais e de luta, às alianças a construir e à estratégia a implementar; 3) a relação que este nível de subjetivação molar mantém com os processos de subjetivação moleculares que emergem das práticas.

O livro enfatiza a importância, para o processo de singularização, de se ter recusado a "hipótese comunista" (representada pelos grupos trotskistas ou pelo sindicato CGT). Se tal hipótese se tivesse imposto, "teríamos simplesmente sido confrontados com a impossibilidade do movimento, já que teriam sido impedidas as inovações

³ Lazzarato, M. *Expérimentations politiques*. Amsterdam Editions, 2009.

políticas que fizeram a força do movimento" (p.93). Somos tentados a dizer que o pós 2013 passou por um risco semelhante no Brasil, apenas substituindo "a hipótese comunista" por "a hipótese esquerdista". Os movimentos políticos que emergiram desde junho de 2013 praticam maneiras de dizer e fazer, modos de estar junto e modalidades de ser contra que são assombrados por hipóteses esquerdistas. Tanto a batalha política dentro do movimento quanto a relação entre os diferentes níveis de subjetivação que ela engaja reclamam a invenção de novos discursos políticos, a invenção de novas táticas e estratégias.

Um exemplo está na repetição de certos tipos de ação direta. De junho a outubro de 2013, a tática black bloc e outros tipos de ação direta tiveram um papel importante. Decerto o governo e a mídia tentaram justificar uma repressão absolutamente desproporcional, à qual a ação direta serviu apenas como pretexto. Posteriormente, no entanto, os movimentos caíram na armadilha, fazendo passar a ação direta ao centro da cena. O mesmo ocorreu com certos discursos esquerdistas pretensamente revolucionários. Mas o esforço para não esquecer os fluxos de desejo experimentados nas lutas demanda outras questões: "até que ponto estamos apaixonados por uma tática?". Pergunta que se coloca juntamente com outras, também relativas à subjetivação de um movimento político: que pessoas são capazes de participar de uma luta desse tipo?; até que ponto privilegiamos certos traços físicos quando escolhemos as táticas de ação?; e a virilidade que algumas ações exigem?; damos conta assim da multiplicidade de atores?; e ainda outras questões do mesmo gênero: em que duração a organização se instala?; é preciso ser militante ou profissional da política para fazer parte dela?; os discursos produzem polarizações e clivagens interessantes para a luta a ser travada?. Produzimos palavras de ordem ou repetimos enunciados pré-fabricados?; essas produções chegam a abalar algum axioma da axiomática capitalista?; ou permanecemos aprisionados pelas antigas codificações?; as especificidades locais são suficientemente levadas em consideração ou projetamos a luta em parâmetros concebidos para realidades que nos são estrangeiras?; as palavras utilizadas são realmente as mais adaptadas para dizer o que queremos dizer?; que conexões desejamos estabelecer que possam motivar a produção de uma língua que esteja ao mesmo tempo inscrita em nossos corpos e nos conduzindo de um movimento a outro?; que práticas implementar para cuidar de tais conexões?

Eis um diagrama possível de perguntas. Constituir uma nova problemática da ação política consiste em traçar a diagramática do que deve ser feito, em vista de novos

programas. As reivindicações definidas antecipadamente são apenas teoremas bem estabelecidos.

A ação revolucionária é acompanhada a cada momento pela questão: onde o desejo entra na construção de um movimento político? A diagramática é o regime sob o qual o desejo engendra uma realidade sem passar por qualquer mecanismo de representação, a capacidade de uma ação para produzir um efeito independentemente de uma representação consciente. O enunciado já supõe um agenciamento: eu digo uma coisa e isso me aproxima de alguém, de um mundo. Não se trata de uma relação consciente, o agenciamento não tem intenção. Traçar as relações estabelecidas pelos agenciamentos é uma tarefa diagramática. Na nova configuração capitalista, ela ajuda a construir planos que não se limitam aos discursos que codificam as lutas nem aos mecanismos que os fazem funcionar na axiomática capitalista.

A identificação de um inimigo, seja ele concreto (o governo, o partido no poder, a polícia) ou abstrato (o capitalismo) faz passar ao segundo plano toda essa diagramática, lançando-nos em um sistema de significações já disponíveis. "Recusamo-nos a considerar que os arranjos semióticos de qualquer espécie devam necessariamente ser organizados em frases compatíveis com o sistema de significações dominantes", diz Guattari⁴.

Construir a ação política hoje implica reconhecer a crise que atravessa tal ação, seja na sua forma revolucionária, seja na democrática. A recaída do acontecimento na história e a gestão de seus efeitos implicam uma construção simultaneamente semiótica, subjetiva e política. Com isso, passamos a reflexões mais gerais sobre o passo seguinte: a que conduz, ou pode conduzir, uma ruptura subjetiva?

Ruptura subjetiva e máquina de guerra

Os acontecimentos de junho manifestam uma ruptura subjetiva imprevisível e inesperada, como vimos. A ruptura não é a resultante de tendências já inscritas nas forças produtivas e nas relações de produção. Pelo contrário, ela interrompe o curso normal das coisas, se mete no caminho das "tendências" esperadas e previsíveis. O corte subjetivo se produz em contraponto às tendências e sua evolução, faz explodir o tempo linear do "progresso" e abre uma outra temporalidade, cria outros possíveis. Em um universo que parecia fechado, outras possibilidades se abrem. Os possíveis são criados pelo corte subjetivo, não lhe preexistem. São inimagináveis antes que se produzam.

⁴Guattari, F. *Lignes de fuite. Pour un autre monde de possibles*. Éditions de l'Aube, 2011, p.231.

Mas o evento não cai do céu, ele vem da ordem da causalidade e da determinação da "produção" do capital, e é preparado por um trabalho sobre as causas, os objetivos e os interesses. Mas, nessa ordem, o possível surgido com o corte é "impossível". A ruptura subjetiva faz emergir precisamente o que é impossível segundo as causas e as determinações (do capitalismo).

Os possíveis recém-criados são diferentes daqueles contidos nas lutas que dizem respeito a interesses e metas (luta por salários, rendimentos, serviços, direitos etc.), mesmo que essas lutas sejam indispensáveis e preparem o acontecimento. O corte subjetivo cria novos universos de referência, isto é, outro mundo para a subjetividade. Há aqui uma descontinuidade, um "salto" que mantém uma relação particular com a continuidade da história, já que se a ruptura vem da história e necessariamente recai na história, em seu advento constitui um momento "a-histórico" que se destaca e se afasta da causalidade, criando novas possibilidades e novos universos de referência.

O corte subjetivo determina um novo campo de confronto em que se desenrolarão "guerras de subjetividade", guerras entre instituições e universos de referência. Essas "guerras de subjetividade" têm lugar primeiramente nos movimentos, ao mesmo tempo que confrontam os modos de produção da subjetividade capitalista e de suas instituições.

O corte afeta primeiro a subjetividade, dissemos. Ele determina uma mudança de universo de referência, uma mudança de mundo. Mas não se trata de uma mudança em "estado" nascente. Não constitui senão a abertura, o início de um processo de conversão de subjetividade e de transformação de instituições. Nesse processo nada é garantido, isto é, tudo está aberto ao devir da mutação conflitual.

O corte subjetivo não desenvolve uma subjetividade já constituída e reprimida pelo poder, cuja ruptura constituirá a "liberação". A ruptura não faz senão criar as possibilidades de um processo de mutação subjetiva necessária, uma vez que a sujeição não desaparece pelo "milagre" do acontecimento.

O "sujeito" deve se construir, processualmente, a partir desta ruptura significante, inventando as regras e as instituições desse processo altamente conflitual. O acontecimento não afeta senão a subjetividade, ele cria apenas as condições (os possíveis) para a mudança. As instituições, os dispositivos de poder, as normas não mudaram. A guerra se empenha em fazer as instituições corresponderem aos potenciais subjetivos e políticos criados pelo acontecimento.

Para apoiar, organizar, defender, dar origem às mudanças que afetam a subjetividade e à proliferação de novos campos de possíveis que o acontecimento cria, é necessária uma máquina de guerra, de modo que a questão do acontecimento político é inseparável do problema da organização (máquina) e de uma subjetividade para esta máquina.

O Anti-Édipo identifica três tipos de investimentos subjetivos que podem corresponder a três atitudes políticas e que se manifestam quando de rupturas políticas (Deleuze e Guattari falam de maio de 68, mas suas reflexões podem ser úteis para compreender as diferentes posições políticas dentro dos movimentos). A partir do corte subjetivo, eles podem se compor, se decompor, confrontar-se.

- Investimentos pré-conscientes que se concentram em "interesses" (a posição de sindicatos ou de partidos)

- Investimentos subjetivos que veem a possibilidade e as condições de um novo socius, mas que mantêm a luta unicamente no nível molar (a visão política "programática", é preciso um programa para um novo socius.)

- Investimentos revolucionários inconscientes, que operam passando do outro lado do socius, sobre sua vertente molecular, isto é, uma "ruptura de causalidade que obriga a reescrever a história no próprio real e produz esse momento estranhamente polivalente onde tudo é possível"⁵ (o que Guattari chama de política "diagramática").

Podemos pensar esses diferentes tipos de investimentos como coexistindo, em tal ou qual momento, num mesmo indivíduo ou num mesmo grupo político. Mas eles também podem ser veiculados por "instituições diferentes" (sindicatos, partidos, organizações autônomas) que se defrontam porque "interpretam" e "sentem" de forma diferente o recém-criado possível e querem realizá-lo segundo lógicas heterogêneas. Os sindicatos e os partidos só veem o possível para rebater sua realização segundo a ordem de objetivos e interesses, isto é, na ordem de causalidade, determinações e do universo de valores do capitalismo.

Há aqueles que se opõem a essa "traição" em nome dos novos objetivos e princípios de um socius cuja construção possível pode ser entrevista a partir de tendências "macro" econômicas e políticas já dadas. Essas tendências servem de base à proposição de novos programas para a construção de um novo socius.

⁵ Deleuze, G. et Guattari, F, *L'Anti-Œdipe*. Paris: Minuit, 1972 (conceitos encontrados entre as páginas 452 et 455).

Mas, para que haja ruptura revolucionária, não basta agir para construir um novo *socius*. É indispensável passar do outro lado do social (isto é, da subjetividade social molar), ir lá onde se exercem e se inscrevem as formações moleculares do desejo. Este terceiro investimento é veiculado por uma multiplicidade de sujeitos no interior e no exterior da classe trabalhadora e de suas organizações.

É a este respeito que Guattari pode afirmar que a história nos oferece "verdadeiras guerras de subjetividade" (...), por exemplo, Lenin se colocou explicitamente a questão da invenção de um novo modo de subjetividade militante, demarcando-se da subjetividade social-democrata integrada ao capitalismo⁶. Não se pode entender a história do movimento operário se não se vê que produziu "novos tipos de subjetividade" e, como ele corre o risco de dizer, "raças humanas diferentes".

Mas a guerra não acontece apenas dentro dos movimentos. A partir desses novos possíveis criados pelo corte subjetivo, as várias instituições capitalistas (empresas, financeiras, serviços públicos, dispositivos de informação e comunicação) também trabalham em sua própria transformação da subjetividade, relações de poder e instituições.

A mutação da subjetividade não é apenas uma relação a si, uma modificação da subjetividade, uma operação "ética" sobre "si" (um si individual ou coletivo). É preciso inventar, construir, impor novas instituições econômicas, sociais e políticas que correspondam à mudança que a ruptura provocou. Precisamente essa reconversão subjetiva, a invenção de regras e instituições de uma máquina de guerra capaz de realizá-la é que os movimentos foram incapazes de pensar e de construir desde 68.

Limites da organização política: como fazer?

Como inventar tais regras e instituições, em que novos sujeitos possam se construir, em que a reconversão subjetiva permita engajar-se no jogo conflitual da guerra de subjetividades que já, e sempre, o capitalismo está empreendendo? Isso implica uma compreensão dos diferentes tipos de investimento político, em particular das diferenças entre os que são impulsionados pelo desejo e pelo interesse.

Ao contrário da versão vulgarizada do marxismo, a noção de classe não segue determinações econômicas nem qualquer outro tipo de determinação. É processual. Segundo a leitura de Deleuze e Guattari⁷, a definição de uma classe proletária visava,

⁶ Guattari, F. *Qu'est-ce que l'Écosophie ?* Paris : Lignes, 2013, p. 206 (ele cita a Comuna de Paris).

⁷ *L'Anti-OEdipe*, p.304.

em primeira instância, organizar uma bipolarização do campo social, o que era a tarefa do movimento revolucionário socialista. A ruptura dos leninistas com os social-democratas foi feita, assim, por proposta de um partido que poderia criar uma divisão entre a vanguarda proletária e as massas, a fim de transformar a atitude de passividade e o espontaneísmo das últimas.

Atualmente, o uso de qualquer modelo com base em uma divisão desse tipo seria evidentemente anacrônico. Quando dizemos que é preciso "ir além da hipótese esquerdista", isso implica reconhecer os limites de divisões que não incluem a problemática do desejo. Deleuze e Guattari também recordam que o interesse de classe permaneceria puramente virtual se não pudesse atualizar-se em uma consciência, em um partido organizado visando a conquista do aparelho de Estado: ele é portanto, por definição, da ordem dos conjuntos molares. O interesse de classe implica uma pré-consciência coletiva bastante distinta do inconsciente que, por sua vez, se situa no desejo de grupo e faz funcionar o conjunto molecular de máquinas desejanter⁸. A classe se define pelo interesse, enquanto o desejo passa pelo grupo.

Os novos movimentos organizados a partir dos anos sessenta - homos, loucos, ecologistas, feministas, rádios livres - introduziram uma primeira diferença em relação à esquerda tradicional, que sempre compreendeu mal os investimentos de desejo:

a maioria dos ativistas profissionais reconhece a importância desses novos domínios de contestação, mas logo acrescentam que não há nada a esperar de positivo por enquanto: "É preciso que já tenhamos alcançado nossos objetivos políticos antes de podermos intervir nessas questões do cotidiano, da escola, do relacionamento entre grupos, de convivialidade, de ecologia". Quase todas as correntes de esquerda, de extrema esquerda e de autonomia encontram-se nessa posição. Cada uma, à sua maneira, está pronta para explorar os "novos movimentos sociais" que se desenvolveram desde os anos 1960, mas ninguém jamais colocou a questão de forjar ferramentas de luta que realmente lhes fossem adaptadas. Sempre que está em questão esse universo difuso dos desejos, da vida cotidiana, das liberdades concretas, uma surdez estranha e uma miopia seletiva aparecem nos porta-vozes oficiais, apavorados com a ideia de que uma desordem pernicioso possa contaminar as fileiras de suas organizações⁹.

Dito isto, não é suficiente apelar para a noção de desejo como se dizer "desejo" pudesse significar "liberação". O desejo também pode levar a uma ordem molar de tipo específico, diferente da classe e do partido. Os investimentos subjetivos que partem de programas para a construção de um novo *socius* conduzem à formação de grupos, territorializações e identidades que tanto podem liberar uma carga revolucionária como

⁸ Idem p.305.

⁹ Guattari, F. « Le Capitalisme Mondial Intégré et la révolution moléculaire ». *Le lien social*, 181, pp.1-9, 1992. Citação da pg.7. Ver http://www.revue-chimeres.fr/drupal_chimeres/files/cmi.pdf

alimentar um fascismo moderno, dando lugar a novos arcaísmos. O *socius* não age de maneira a determinar, por nós, uma certa posição na sociedade (como uma compreensão sociológica poderia nos fazer crer). Essa posição, nós a desejamos.

Mas os desejos progressistas coexistem com desejos que bloqueiam o investimento revolucionário. Reich mostra que o defeito da esquerda revolucionária de sua época foi desprezar a necessidade de uma compreensão da psicologia das massas e da dinâmica do desejo, reduzindo a consciência de classe à determinação pelos interesses¹⁰. Desde então, esta esquerda nunca considerou que o desejo pode ir no sentido contrário dos interesses. Há investimentos de desejo profundamente reacionários, daí os limites de investimentos subjetivos que visam apenas a construção de novos *socius*. Não basta criar grupos para forjar uma posição na sociedade. Pode ser parte do processo, mas não libera - por si só - uma carga revolucionária. A ambiguidade que pode haver nos movimentos identitários (étnicos, por exemplo) é um índice dos limites desse tipo.

O desafio seria então entender por que se deseja o que bloqueia o desejo. Como interromper o rebatimento do desejo sobre uma posição social? A ação revolucionária passa, assim, por uma recusa, pode-se mesmo dizer uma recusa do lugar do militante ou do revolucionário. O capitalismo instala a axiomática no interior dos movimentos para integrá-los em sua dinâmica: ele capitaliza os movimentos. Nesse sentido, uma ação anticapitalista precisa tomar os axiomas do capitalismo como campo de luta.

Os investimentos diagramáticos, dos quais falamos mais acima, se colocam do outro lado do *socius* e não aderem a programas, reivindicações ou agendas. Há reivindicações de direitos sociais que inicialmente estão em conflito com programas de Estado, mas podem acabar por se fazer ouvir, dando lugar a novos axiomas. No momento em que foi proposto, o *welfare state* foi um novo axioma.

A axiomática capitalista instaura enunciados de poder que são fatos de maioria, e entrar em um devir-menor é uma maneira de impedir ou de desviar a axiomatização. Há um reconhecimento, neste conceito, de que as lutas minoritárias se realizam como uma recusa da face normativa do capitalismo, que visa, este último, uma inscrição desigual de diferentes grupos, de modo que cada um toma sua distância específica com relação à norma. Nesse processo, um caso de raça, gênero, sexo ou nacionalidade deixa de ser individual para se tornar imediatamente social. É, pois, ao mesmo tempo que o

¹⁰ Reich, W. *Qu'est-ce que la conscience de classe ?* Edição e tradução de Constantin Sinelnikoff, Nice, 1971, do original *Was ist Klassenbewusstsein ?*, 1934 (sob o pseudônimo Ernst Parell).

capitalismo minoriza o corpo (o idioma, as crenças) e a posição social de um grupo. Do lado do *socius*, esses movimentos operam, assim, uma renovação de vínculos e de modos de vida que podem dar lugar a processos de subjetivação. Mas falar de devir minoritário implica sair dessa posição, aquela mesma que nos constitui como minoria, ao mesmo tempo que se reconhece a força de uma posição social de minoridade. Os movimentos que reivindicam um novo *socius* (sejam eles feministas, LGBTT, de negros ou de imigrados) muitas vezes enfrentaram o desafio de um possível acordo entre suas diferentes posições. Mas é difícil que este acordo se faça com base em programas, que são muito distintos para mobilizar a força subjetiva necessária.

Entrar em um devir minoritário demanda localizar as estratificações que impedem a circulação de fluxos de desejo, identificar os axiomas que atuam em cada situação e construir estratégias de diagramação, isto é, meios de retraçar as linhas de fluxo por onde o desejo possa circular. É preciso saber como implementar o que Deleuze e Guattari chamam de "uma figura universal da consciência minoritária", essa figura que não para de ultrapassar o padrão majoritário e o limiar representativo.

Trabalhar em termos de diagramas pode-se traduzir, como sugere Guattari¹¹, em termos de heterogeneidade de posições: traçar uma linha de articulação sem se preocupar com o consenso. Novas formas de articulações políticas implicam o respeito pela autonomia e a singularidade de cada um de seus componentes, bem como de seus ritmos, de suas sensibilidades, de seu grau de consciência ou de suas justificativas teóricas.

Será possível construir organizações de um novo tipo, capazes de produzir uma tal transformação do mapa inconsciente de movimentos? Um espaço de práticas aptas a se exercer como uma máquina de guerra para minar a axiomática capitalista? Movimentos sociais e partidos políticos tradicionais ainda podem ter aí um papel, mas estão longe de ser suficientes. Uma nova programática é necessária, mas sem uma diagramática ela redundaria nos mesmos dilemas de organizações tradicionais da esquerda. O fato de que *nós não sabemos* como instaurar uma dinâmica de tipo novo não deve nos paralisar. A afirmação deste "não sei" pode ser, em si mesma, um ponto de partida¹².

¹¹ Guattari, F. « Produire une culture du dissensus : hétérogenèse et paradigme esthétique », 2011, p.5 (transcrição do vídeo de uma conferência em uma escola de arte, Los Angeles, 1991).

¹²Ver entrevista de John Holloway por Amador Fernández-Savater, 30/07/2014: "É preciso manter um debate constante e respeitoso, e que, ao mesmo tempo, não suprima as diferenças e as contradições. Penso que uma base do diálogo poderia ser: ninguém tem a solução". Ver:

Suspender a questão "o que fazer?" - ainda muito leninista - e substituí-la pelo "como fazer?": com quem, mobilizando que forças, para colocar em vigor quais novos modos de estar junto? Que novos modos de incluir o planeta? Como implementar uma nova potência de conexão, uma capacidade de combinar linhas ainda instáveis, de instaurar uma diagramática que se afirme como tal e não seja seduzida pela urgência dos programas? Construir um plano instituinte que se desenhe de forma transversal àquele das organizações molares. Um plano onde se situar para manter viva a dimensão diagramática da ruptura subjetiva e, a partir dele, rejeitar, abalar ou desviar a capitalização da subjetividade. Capitalização essa que é produzida pelos equipamentos coletivos, as mídias, as redes sociais, a produção informática, em resumo, por tantos dispositivos que quadriculam em lugar de submeter ou de circunscrever em quadros territoriais bem codificadas. Como reagenciar então, nesse contexto, uma subjetividade desalienada, não quadriculada, que Guattari denomina "processual"¹³ porque se engendra como território existencial ao mesmo tempo que evita se cristalizar em uma subjetividade capitalística? São necessários novos campos de sentido, possibilidades de expressão e enunciação, sem o que permaneceremos presos nessa subjetividade capitalística.

Os três tipos de investimento - de interesses, programático e diagramático - se superpõem. Não há nada de vago ou de fluido na revolução molecular, mas ela não é portadora de uma revolução social, a qual depende de sua articulação com as lutas de interesse e as lutas sociais. É preciso desenvolver precisamente uma nova forma de estruturação que leve em conta fluxos de desejo. O estabelecimento de órgãos de decisão, instâncias provisórias de organização, pode fazer-se sob uma nova luz caso leve em conta os investimentos moleculares em jogo¹⁴. Para resumir, a questão parece ser a de saber como construir uma complementaridade entre: o trabalho analítico-político relacionado ao inconsciente social (diagramática); as lutas sociais reivindicatórias, constituídas a partir de questões específicas (programáticas); e as lutas de interesse mais tradicionais (sindicais).

http://www.eldiario.es/interferencias/John_Holloway_Podemos_Syriza_capitalismo_6_287031315.html

¹³ Guattari, F. *Qu'est-ce que l'Écosophie ?*, p.207.

¹⁴ Guattari, F. « Le Capitalisme Mondial Intégré ».